

Think far*



PROJETO E INSTALAÇÃO
DE SOLUÇÕES PROFISSIONAIS DE AQUECIMENTO

- SOLAR TÉRMICO
- BIOMASSA
- APOIO COM SISTEMAS CONVENCIONAIS

 Pesquisa

A Revista | Conferências | Directório | Notícias | Números Especiais | Publicidade | Contactos | Assinatura



2014-03-06

ANFAJE critica regime de excepção para reabilitação



Partilhe no Facebook Like Share 0

A Associação Nacional dos Fabricantes de Janelas Eficientes (ANFAJE) discorda do regime de excepção para a reabilitação urbana, aprovado pelo Governo, em Conselho de Ministros, no passado dia 20 de Fevereiro. A criação de um regime de excepção que elimina a aplicação de requisitos acústicos e de eficiência energética dos edifícios e frações é um retrocesso, segundo esta associação.

"Com este diploma está-se a dar um passo atrás na necessidade de dinamizar políticas de reabilitação urbana [...] na necessidade de Portugal ter técnicos qualificados, apostar na qualificação da mão-de-obra e executar obras com padrões de conforto térmico e acústico para poupanças na factura energética", lê-se num comunicado.

Nas críticas às novas regras para a reabilitação, a associação argumenta que "num país onde cerca de 3 milhões de fogos com paredes sem qualquer isolamento térmico e acústico e com caixilharias antigas [...] é necessário que as medidas e políticas de incentivo" não sejam um factor de "desresponsabilização dos técnicos e empresas envolvidas ou retrocesso no controlo de emissões de CO2".

Como forma de combater aquilo a que chamam de retrocesso, a associação defende a criação de grupo de trabalho em que sejam consultadas associações da construção, materiais de construção e eficiência energética que, em conjunto com o Governo, desenvolvam "medidas e políticas activas para a reabilitação dos edifícios portugueses, sem comprometer o cumprimento de requisitos técnicos de qualidade da construção".

O novo Regulamento Geral das Edificações Urbanas, extingue algumas exigências técnicas "que não se traduzam numa verdadeira garantia da habitabilidade do edificado reabilitado", como é o caso das áreas mínimas de habitação, altura do pé-direito, instalação de ascensores ou iluminação e ventilação, como se pode ler na resolução aprovada em Conselho de Ministros. O documento acrescenta que estão ainda previstas excepções ao nível da aplicação de requisitos acústicos, eficiência energética e instalações de telecomunicações.

Na opinião do Governo, esta é uma forma de "promover uma política de cidades capaz de responder às necessidades e recursos de hoje, num edificado já existente e que importa recuperar tornando-o atractivo e capaz de gerar riqueza agora e no futuro".

Já para a ANFAJE, este regime de excepção não está em conformidade, por exemplo, com outros documentos legislativos: "um diploma desta natureza vem contrariar o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, onde se prevê a necessidade de incentivo à melhoria das condições de conforto térmico dos edifícios".

Notícias relacionadas:

Governo aprova regime excepcional para reabilitação

Governo quer simplificar regras para reabilitação urbana



Subscrever Newsletter

Nome

E-mail OK

aceito os termos e condições



Faça aqui a sua assinatura
da revista Edifícios e Energia